



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**AGENDAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE
INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS PEQUENAS CIDADES:
O CASO DE MANAQUIRI**

CARLOS IANDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Foz do Iguaçu
2023

**AGENDAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE INSERÇÃO
INTERNACIONAL DAS PEQUENAS CIDADES:
O CASO DE MANAQUIRI**

CARLOS IANDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito para à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira

Foz do Iguaçu

2023

CARLOS IANDRO ALMEIDA DE OLIVIERA

**AGENDAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTA DE INSERÇÃO
INTERNACIONAL DAS PEQUENAS CIDADES:
O CASO DE MANAQUIRI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito para à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a minha mãe Eloiza,
minha fonte inesgotável de amor. Minha
melhor amiga. A mulher mais extraordinária
que eu conheço. Amo-te Mãe!

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar esses agradecimentos sem ser pela minha maior referência, de pessoa, de ser humano, a minha mãe Eloiza, que em todo esse percurso, sempre foi minha estrela guia, minha base sólida, que nunca, em nenhum momento permitiu que eu desviasse do caminho por todo esse tempo e mesmo agora, sempre foi minha maior incentivadora, nem mesmo quando eu não acreditava em mim, ela estava lá para me fazer crer que eu era capaz. Mãe se em outras vidas voltarmos, espero que eu seja agraciado novamente com o seu amor.

Deixo registrado também, os meus agradecimentos a minha outra mãe, Iana, que mesmo de longe sempre me acompanha. A minha companheira de vida Dinha, que topou experimentar comigo essa grande aventura que é a vida e me deu um dos maiores presentes que um homem poderia ganhar, que é ser pai, da minha pequena Aurora.

Ao meu professor orientador Gustavo, não tenho palavras para descrever o tamanho do carinho que tenho por ele, ao longo desses anos foi muito mais que um professor, construímos uma relação de amizade. Já mais esquecerei o quanto seus ensinamentos e conselhos foram importantes para que eu pudesse me tornar a pessoa e o profissional que eu sou hoje. Não poderia ter escolhido outra pessoa para trilhar esse caminho comigo, obrigado pela paciência e disponibilidade.

Por fim, não menos importante agradeço aos meus amigos que levarei para vida, aqui cito nominalmente, Danielle Sales, Léo Valdez, Vitória Assis, Olavo Jr., Yumi, Caio, Ana Winck, Tamara, Renan e João, sem vocês essa jornada não teria sido a mesma. Nunca se esqueçam o Olimpo é a nossa casa.

“As cidades, resumidamente, são uma característica permanente da política (mundial).”
(Acuto, 2015)

OLIVEIRA, C. I. A. **Agendas globais de desenvolvimento como ferramenta de inserção internacional das pequenas cidades: o caso de Manaquiri**. 2023. 46 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as cidades como atores das relações internacionais, tendo como recorte principal a inserção das cidades pequenas por meio das agendas globais de desenvolvimento. Neste sentido, em seu primeiro capítulo o trabalho irá discutir questões como a posição do Estado como principal ator das relações internacionais, bem como a crescente importância das cidades e como estas passaram a ser essenciais para a resolução dos problemas globais, que estão cada vez mais localizados. No capítulo que se segue, a discussão girará em torno das agendas globais de desenvolvimentos, com especial atenção para as conferências Habitat's I, II e III, de modo que seja possível traçar o caminho percorrido pelas cidades até a consolidação das mesmas como atores imprescindíveis para governança global no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. No último capítulo faz-se, uma breve discussão a cerca da construção do conceito de cidade, com foco nas cidades pequenas, logo em seguida procede-se com um estudo de caso em que se tem a intenção de mostrar como uma cidade pequena ao internalizar uma agenda global tem a possibilidade de se desenvolver, de influenciar e ser influenciada pelo meio internacional, de modo que uma agenda de relações internacionais seja algo que faça sentido para as mesmas. Por fim cabe pontuar que a metodologia de pesquisa utilizada foi mista, realizando uma combinação do método qualitativo (análise de diferentes bibliografias, artigos, livros, notícias etc.) com o método quantitativo.

Palavras-chave: cidades; governos locais; habitat; desenvolvimento; internacional.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objeto de estudio las ciudades como actores de las relaciones internacionales, teniendo como eje principal la inserción de las pequeñas ciudades a través de las agendas globales de desarrollo. En este sentido, en su primer capítulo la obra abordará temas como la posición del Estado como actor principal en las relaciones internacionales, así como la creciente importancia de las ciudades y cómo se han vuelto esenciales para la solución de problemas globales, cada vez más situados. En el capítulo que sigue, la discusión girará en torno a las agendas globales de desarrollo, con especial atención a las conferencias Hábitat I, II y III, de modo que sea posible trazar el camino recorrido por las ciudades hasta su consolidación como actores esenciales de la gobernanza global con respecto al desarrollo sostenible. En el último capítulo se hace una breve discusión sobre la construcción del concepto de ciudad, centrándose en las ciudades pequeñas, luego se procede con un estudio de caso en el que se pretende mostrar cómo una ciudad pequeña al interiorizar una agenda global tiene la posibilidad de desarrollar, influir y ser influenciadas por el entorno internacional, de modo que una agenda de relaciones internacionales sea algo que tenga sentido para ellas. Finalmente, cabe señalar que la metodología de investigación utilizada fue mixta, combinando el método cualitativo (análisis de diferentes bibliografías, artículos, libros, noticias, etc.) con el método cuantitativo.

Palabras - clave: ciudades; gobiernos locales; hábitat; desarrollo; Internacional.

ABSTRACT

This work has as object of study the cities as actors of the international relations, having as main cut the insertion of the small cities through the global agendas of development. In this sense, in its first chapter the work will discuss issues such as the position of the State as the main actor in international relations, as well as the growing importance of cities and how they have become essential for solving global problems, which are increasingly located. In the chapter that follows, the discussion will revolve around the global development agendas, with special attention to the Habitat's I, II and III conferences, so that it is possible to trace the path taken by cities until their consolidation as actors essential for global governance with regard to sustainable development. In the last chapter, a brief discussion is made about the construction of the concept of city, focusing on small towns, then proceeds with a case study in which the intention is to show how a small town when internalizing a global agenda has the possibility of developing, influencing and being influenced by the international environment, so that an international relations agenda is something that makes sense for them. Finally, it should be noted that the research methodology used was mixed, combining the qualitative method (analysis of different bibliographies, articles, books, news, etc.) with the quantitative method.

Key words: cities; local governments; habitat; development; International.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGLU	Cidades e governos Locais Unidos
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
FLACMA	Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais
FONARI	Fórum de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais
GEE	Gás de Efeito Estufa
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentarias
LOA	Lei de Orçamento anual
MG	Minas Gerais
NAU	Nova Agenda Urbana
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do desenvolvimento sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PPA	Plano plurianual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AS CIDADES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	13
2.1 O PRIMEIRO GRANDE ATOR: O ESTADO.....	13
2.2 A IMPORTÂNCIA CRESCENTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
2.3 OS ODS COMO FERRAMENTA PARA CONSOLIDAÇÃO DAS CIDADES COMO ATORES RELAVANTES.....	17
2.4 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES.....	18
3 AGENDAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO: A CIDADE COM FOCO	24
3.1 QUESTÃO URBANA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	24
3.2 AGENDA GLOBAL: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE HUMANO (CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO – 1972)	25
3.3 AGENDA GLOBAL: HABITAT I – VANCOUVER 1976	26
3.4 AGENDA GLOBAL: HABITAT II – ISTAMBUL 1996	28
3.5 AGENDA GLOBAL: HABITAT III- QUITO 2016.....	29
4 AS CIDADES PEQUENAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DE MANAQUIRI - AM	32
4.1 CIDADES PEQUENAS COMO “NÓS” IMPORTANTES	32
4.2 DEFININDO AS CIDADES	33
4.3 INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA GLOBAL: O CASO DE MANAQUIRI - AM.....	34
4.3.1 Descrição da cidade.....	34
4.3.2 Internalização da agenda global	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, grande parte dos teóricos das relações Internacionais sustentaram que o Estado era o único ator capaz de pautar a agenda internacional, entretanto com a séries de acontecimentos do século passado, viram surgir novos atores. A Cidade foi um desses, e passaram a ter forte atuação no sistema internacional, sobretudo porque muitos dos problemas prioritários no mundo se concentram nas mesmas.

Entretanto quando buscamos compreender atuação das cidades nesse processo, podemos notar que o campo de estudo fica muito restrito a cidades tida como *cidades globais*, sobre estas há uma vasta literatura que analisa os diversos aspectos que envolve este ator específico. É, portanto, entendendo que existe um lacuna, onde as cidades médias e principalmente as pequenas, são desconsideradas e não entendida como atores internacionais, que empreendemos nesta pesquisa, tendo como objeto de estudo as cidades como atores das relações internacionais, tendo como recorte principal a inserção das cidades pequenas por meio das agendas globais de desenvolvimento.

Com foco nas cidades pequenas, temos como objetivo geral analisar se faz sentido uma agenda de relações internacionais para estas cidades. Ademais, se estabelecem como objetivos específicos: 1) Analisar como cada vez mais se demandam a cidades nas relações internacionais; 2) entender como as agendas globais de desenvolvimento permitiram a consolidação das cidades como atores relevantes para governança global; 3) Realizar um estudo de caso, de modo a exemplificar o processo de internalização de uma agenda global de desenvolvimento, por uma cidade pequena, com intuito de avaliar seus resultados.

Por fim, para a realização desta pesquisa, optou-se por uma combinação do método qualitativo com o método quantitativo. Assim, foram analisados, artigos científicos, seções de livros, relatórios de organismos internacionais, gráficos de projeções. Houve ampla revisão bibliográfica. Ao ser feita a opção por um estudo de caso, optou-se pela escolha da cidade de Manaquiri, por ela atender aos critérios adotados pelo IBGE, para se definir uma cidade pequena, junto a isto, pesou também o fato da ampla experiência na adoção das agendas de relações internacionais que esta cidade possui.

2 AS CIDADES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo traz uma discussão acerca da participação das cidades nas relações internacionais. Para tanto, fazemos uma breve discussão sobre a posição do Estado e como este ocupou por quase 500 anos um lugar central no sistema internacional como único ator. O debate que se segue, trata da crescente importância das cidades e como estas passam a ser essenciais para a resolução dos problemas globais, que estão cada vez mais localizados. No penúltimo item são tratados a questão de como a agenda internacional dos ODS, concorrem para a consolidação dos governos locais como atores relevantes no sistema internacional e por fim há uma discussão sobre os meios e as estratégias que estes atores se utilizam para projetar-se ao mundo, onde são trazidos alguns exemplos.

2.1 O PRIMEIRO GRANDE ATOR: O ESTADO

O Estado Moderno desenvolveu-se dentro de uma concepção Westfaliana, onde o mesmo consolidou-se como principal ator e passou a exercer um poder soberano sem quaisquer vínculos de dependência a outros poderes, (como exemplo: a Igreja). Diferente do que se tinha antes, vários reinos, ducados e cidades-estados sobre o poder centralizador da Igreja e do Império, a nova forma de organização inaugurada pelos tratados de paz de Vestfália descentralizou o poder e deu origem a vários “Estados iguais, independentes e soberanos.” (COLOMBO, 2007, p. 2)

A afirmação definitiva do Estado, trouxe consigo três princípios fundamentais que respaldam toda noção de consolidação da figura do Estado Moderno, sendo primeiro a liberdade religiosa, pois como é sabido Vestfália é resultado da intensa guerra dos trinta anos entre católicos e protestantes. O segundo é o princípio da soberania, que segundo Colombo (2007, p.2), nada mais é que “a existência de um poder maior autorizado a exercer em última instância a força porque tem poder coativo e legítimo para tal”. O terceiro princípio foi o da igualdade entre os Estados, onde os Estados se reconhecem mutuamente em pé de igualdade, tendo os mesmos direitos e prerrogativas.

Para além dos efeitos práticos, como a consolidação do Estado Moderno, os tratados de Vestfália, consagraram “o reconhecimento oficial da ideia de uma sociedade internacional integrada por Estados iguais e soberanos” (COLOMBO, 2007,

p. 2). Neste sentido, nos últimos quinhentos anos o Estado dominou o sistema internacional, como único ator. Entretanto, essa posição de ator principal sofreu relativa mudança a partir do século XX, como aponta Marques (2008, p. 12);

O século XX foi o palco do surgimento de novos entes capazes de determinar as relações internacionais. As organizações internacionais, organizações não governamentais e empresas multinacionais são exemplos típicos de novos atores que surgiram no decorrer do século passado. Além destes, outros atores têm sido considerados fundamentais para as novas e complexas relações internacionais do século XXI, como, por exemplo, os grupos terroristas, indivíduos, sindicatos, partidos políticos e entes sub-estatais. (MARQUES, 2008, p.13)

O aparecimento desses novos atores, tornaram as relações internacionais mais dinâmicas e complexas, sobretudo associadas ao processo de globalização e a ineficiência dos Estados em fazer frente às demandas globais como diminuição das emissões de gases de efeito estufa, pandemias, a fome, etc. e isto abriu espaço para atuação destes atores. É neste processo que as cidades emergem como um ator importante no cenário internacional, pois acima de qualquer outro, como aponta Creutz (2023, p. 2) “as cidades são os lugares onde os direitos e serviços básicos dos indivíduos são realizados. É a cidade, ou um governo local comparável, que torna realidade a saúde, a educação, a moradia ou a proteção ambiental.”

2.2 A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DAS CIDADES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por muito tempo, grande parte dos teóricos das relações Internacionais sustentaram que o Estado era o único ator capaz de pautar a agenda internacional, entretanto com a séries de acontecimentos do século passado - a duas guerras mundiais, guerra fria e o processo de globalização e diversos outros - viram surgir novos atores que passaram a atuar em diversas áreas como direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação, sobretudo pela inércia e ineficiência dos Estados em agir. A Cidade foi um desses novos atores impulsionados pela globalização que passaram a ter forte atuação no sistema internacional.

De acordo com Sassen (2007, p. 102) citado por Santos (2017, p. 17-18);

“as cidades emergem cada vez mais como um espaço onde a vida política,

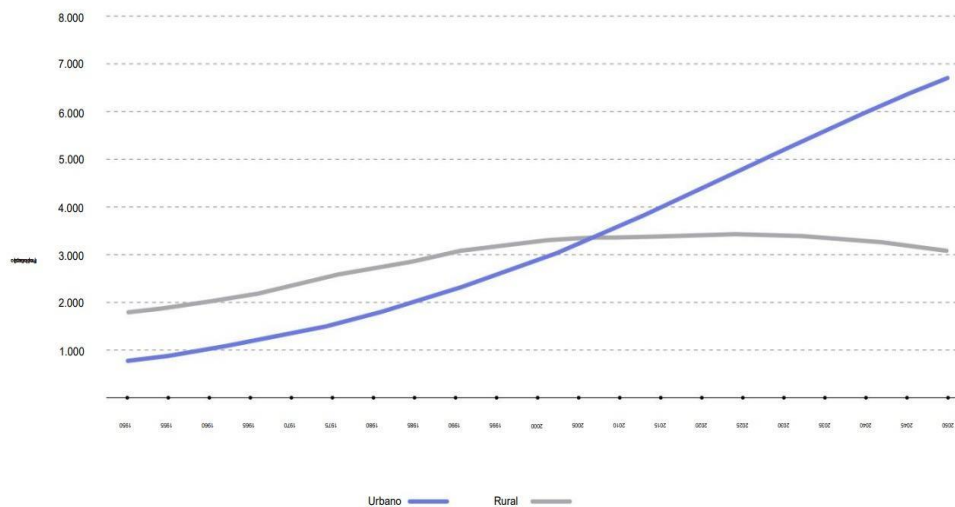
social, cultural, demográfica e económica se organiza de forma específica e, na sua especificidade, se desenvolve e interage internacionalmente, deixando de poder ser situadas “numa hierarquia em escala que as coloca abaixo do patamar nacional, regional e global”. (SANTOS, 2017, p. 17-18)

As cidades neste sentido, estão mais dinâmicas e ao longo dos últimos anos tornaram-se a dimensão da realização das políticas públicas. Teóricos como Creutz (2023), vão justificar essa atuação das cidades, pelo seu carácter democrático, sobretudo, porque segundo a teórica, os governantes desses atores são eleitos e tem conexão direta com a população o que lhes confere legitimidade nessa atuação, o que não ocorre necessariamente com os Estados, pois muitos deles são autocracias e ditaduras.

Outro ponto que segundo Creutz (2023) torna as cidades aptas a atuarem em temas da agenda internacional, diz respeito ao fato destas abrigarem muitos dos problemas de natureza global, como exemplo: emissões de gases de efeito estufa. Um estudo publicado pela revista *Frontiers in Sustainable Cities* de autoria de Wei et. al. (2021), onde foram analisadas as emissões de GEE de 167 cidades espalhadas pelo mundo, apontou que 25 destas são responsáveis por aproximadamente 52% das emissões totais a nível global. Neste sentido, qualquer solução para este problema passa pela cooperação do Estado com a Cidade.

Outra tendência global por trás da ascensão das cidades é a urbanização, segundo o relatório *World Cities Report 2022* da ONU - Habitat, atualmente 56% da população vivem em zonas urbanas, mais precisamente nas cidades e a projeção para 2050 aponta que serão aproximadamente 68% (veja o gráfico).

Gráfico 01. População urbana e rural do mundo (1950-2030)



Fonte. ONU-Habitat, 2021.

Sem dúvidas, o futuro será urbano, o gráfico aponta que nos próximos 30 anos haverá um incremento de aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas nos centros urbanos. Por outro lado, esse processo trará grandes desafios, como o aumento da desigualdade social, acesso à educação, à moradia, à saúde e principalmente ao combate do aquecimento global.

Santos (2017), aponta que;

Como consequência, as cidades tornam-se cada vez mais um dos locais estratégicos onde operações poderosas e com influência em todas as áreas ocorrem, assumindo o poder de influenciar dinâmicas e decisões internacionais relevantes para o próprio sistema internacional. Na verdade, as cidades assumem-se hoje como “um dos espaços do global, e (...) [envolvem] o global diretamente, muitas vezes ultrapassando o [espaço] nacional”. (SANTOS, 2017, p.18)

Destarte as cidades passam a ser espaços do global, sobretudo porque os desafios contemporâneos, como os supracitados se tornaram localizados, nascem ou se concretizam nas mesmas. (CREUTZ, 2023, p. 2).

Portanto, a globalização, o intenso processo de urbanização e o debilitamento do Estado-nação, condicionados com diversos outros fatores, instigaram as cidades a se envolverem nos assuntos globais, sobretudo porque são nesses espaços que se é possível sentir pressão dos cidadãos de forma direta, e estes por sua vez estão mais

sensíveis e atentos aos problemas globais, pois estão sendo afetados diretamente.

Assim, cabe pontuar que atuação das cidades no sistema internacional não coloca em risco a posição do Estado, uma vez que, o que se nota neste processo é uma relação de complementaridade, pois pela natureza singular que ocupa esse espaço geográfico, sendo a intersecção do Estado entre os cidadãos, vê-se que é o ator habilitado a representar os interesses locais interna e externamente. O que se percebe também é que está atuação não parte de uma intenção de superar o Estado, mais sim de fazer frente aos desafios que o processo globalizatório impõe a tudo e a todos, e que pela natureza localizada dos desafios atuais, as cidades tornaram-se um *locus* importante para auxiliar os Estados nas resoluções dos problemas contemporâneos.

2.3 - OS ODS COMO FERRAMENTA PARA CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE COMO UM ATOR RELEVANTE

A crescente participação dos governos locais na governança global tem se tornado essencial, sobretudo porque, muitos dos problemas prioritários no mundo se concentram nas cidades. A ampliação do acesso à saúde, a educação e planejamento urbano, são temas que já dominam ou dominarão boa parte das discussões internacionais, e neste campo há uma vocação natural da atuação do poder local, pela proximidade que estes têm com a comunidade.

Os Estados necessitam dos governos locais para obterem algum êxito no atingimento das metas para a diminuição do aquecimento global, do desmatamento, na transição para o uso de energias mais limpas, e diversas outras demandas que só com o auxílio deles será possível alcançá-las. Esta necessidade da participação dos municípios é perceptível, na implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável, sobretudo, pelo que a mesma estabelece como metas e objetivos;

(...) estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Ela também estabelece compromissos de criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais. (CNM, 2022, p. 15)

Nota-se, portanto, que o foco da agenda, passa pela atuação dos governos locais, pois os problemas elencados dentro dos objetivos e metas, são os mesmos enfrentados por estas localidades, e pelo conhecimento real que possuem destes, conseguem identificar as necessidades e dar uma resposta mais efetiva e coerente. Neste sentido, os municípios são os atores centrais na execução da agenda dos ODS, sem estes a possibilidade de bons resultados é quase nula.

Há desta forma uma virada no tabuleiro internacional, que corrobora mais uma vez com as proposições de Sassen (2007) sobre a elevação do patamar das cidades, não estando estas mas em grau menor que os Estados. Portanto, ainda que o intuito da agenda 2030 seja a resolução de problemas globais, ela acaba também por consolidar a cidade como um ator relevante para as relações internacionais, pois reconhece a essencialidade da mesma e a importância do local para global.

2.4 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES

O protagonismo alcançado pelo poder local, e sobretudo pelos municípios como principais motores do crescimento económico, desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental e cultural, possibilitou a conformação de várias relações intermunicipais pautadas por princípios e focados na atuação em defesa a interesses comuns a nível internacional, que se manifesta em várias redes e agrupamentos internacionais, numa clara extensão da agenda local para a global. Esse alargamento da agenda local, implicou na construção de estratégias de inserção internacional e neste sentido os governos locais começaram a se projetar no cenário internacional através de vários tipos de ações, como podemos ver no quadro 1.

Quadro 1 – Estratégias de inserção internacional dos entes subnacionais

Ações	
1.	Estabelecimento de vínculos com cidades-irmãs para promover interesses comuns;
2.	Estabelecer escritórios permanentes em cidades no exterior, com o objetivo de captar investimentos, promover o comércio e divulgar o potencial turístico do local;

3. Assinatura de acordos e convênios no exterior com outros atores internacionais;
 4. Promover a cooperação inter-regional multilateral e criação de associações inter-regionais transnacionais;
 5. Participação em feiras e outros eventos internacionais de negócios, visando à promoção de produtos, serviços, tecnologia, turismo do Município;
 6. Cooperação transfronteiriça entre territórios contíguos de diferentes estados nacionais;
 7. Participação nas delegações nacionais enviadas ao exterior em Conferências e outros eventos em missões envolvendo temas globais, com o objetivo de apresentar e defender os interesses específicos ligados ao território municipal;
 8. Sedar eventos internacionais para promoção de comércio, turismo e atração de investimentos;
 9. Participação em organizações de integração supraestatais, como o Mercosul;
 10. Participação em Associações e redes mundiais de governos locais. Por exemplo, a Rede Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e a Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA);
 11. Participação em Organizações de Governos Locais, nacionais, estaduais e internacionais que desenvolvam ações, visando facilitar a gestão cooperação internacional nos municípios. Exemplo: A Confederação Nacional dos Municípios tem uma área responsável por promover a inserção internacional dos municípios brasileiros. Em novembro de 2009, foi institucionalizado o Fórum de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI) em Fortaleza;
 12. Participação nas organizações internacionais intergovernamentais, muitas vezes, na condição de observadores;
-

13. Participação e gestão de Centros de Informações e Negócios (Trade Point) que atuam como centros facilitadores para microempresas, pequenas e médias empresas. Exemplo: O Trade Point de Campinas é gerido desde 1999 pela Secretaria de Cooperação Internacional dessa cidade;
14. Cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária;
15. Assistência às comunidades vinculadas ao seu território no exterior. Por exemplo: a Prefeitura de Governador Valadares (MG) promove várias ações de apoio aos seus habitantes que trabalham nos Estados Unidos e aos familiares que prestam assistência e conforto;
16. Apoio a programas de capacitação e eventos de sensibilização para lideranças comunitárias e agentes multiplicadores, realizados por organismos multilaterais;

Fonte: Dias (2010, p. 57)

Como se pode notar, há uma gama variada de possibilidades que os governos locais podem utilizar para projetar-se internacionalmente. Mesa (2011), distingue essas estratégias em dois tipos: a) tipo individual;

Son los que permiten al gobierno local y el territorio que éste representa, actuar directamente en la escena internacional. Estos instrumentos son diseñados y seleccionados para darle visibilidad internacional a las ciudades, municipios o regiones, de manera individual y resaltar o promover sus particularidades atractivas o ventajas competitivas en varios ámbitos. Entre estas herramientas se encuentran las estrategias de marca ciudad y marketing territorial que configuran una imagen de cara al exterior; el desarrollo de un portafolio de negocios internacionales que promueve el posicionamiento en sectores económicos determinados y la atracción de inversiones al territorio. Así mismo, apelando a la estrategia de “internacionalización en casa”, algunos Gobiernos con disponibilidad presupuestaria organizan ferias, exposiciones y macro eventos de talla mundial, tales como los Juegos Olímpicos y shows de tecnología de punta, ferias culturales, entre otros, que contribuyen a la promoción internacional. (MESA, 2011, p. 6)

b) de carácter cooperativo;

Implican el establecimiento de “contactos políticos institucionalizados o ad hoc entre alcaldes o jefes de gobiernos regionales de países diferentes”. En ese sentido, es posible definir que los instrumentos cooperativos se expresan a través de canales tanto bilaterales como multilaterales. (MESA, 2011, p. 6)

Em relação ao primeiro tipo de estratégia apresentado por Mesa (2011), uma cidade que utiliza bem a mesma, é a Rio de Janeiro, está se projeta ao mundo

organizando grandes eventos internacionais, tanto de cunho cultural - como o *Rock in Rio* que acontece a cada dois anos e trazem atrações do mundo inteiro - como político e científico organizando a Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Mais recente em 2012 organizou a Rio +20 Conferência das Nações Unidas, cujo objetivo foi discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, na ocasião marcaram presença aproximadamente 188 chefes de Estado e de Governo. Todos estes processos são estratégias de “internacionalização em casa” como cita Mesa (2011, p. 6), onde a cidade alberga estes grandes eventos com intuito de mostrar-se ao mundo, suas capacidades, além de criar uma marca da cidade e atrair investimentos.

No que diz respeito ao segundo tipo de estratégia, os processos de irmanamentos foram os mais utilizados, pelas cidades, sobretudo como forma de impulsionar o desenvolvimento local através do compartilhamento de experiências e expertise nas mais diversas áreas. Estes acordos geralmente são levados a cabo entre cidades que compartilham determinadas características comuns ou como aponta Benserques (2015, p. 33) “los hermanamientos parten por lo general de vínculos históricos, problemáticas comunes o promoción del desarrollo local.”

A cidade de São Paulo, por exemplo, possui aproximadamente 38 acordos de irmanamentos com cidades de várias partes do mundo. Cabe pontuar que cada acordo deste possui um foco em áreas específicas, como nos mostra a lei municipal nº 14.471, de 10 de julho de 2007 que consolida a legislação municipal sobre cidades-irmãs da cidade de São Paulo;

- Cidades-irmãs de São Paulo, que possuem foco na cooperação e aprimoramento das relações culturais, sociais e econômicas;

I - a cidade de Macau, cidade-província ultramarina de Portugal;

II - a cidade de Córdoba, na Espanha;

III - a cidade de Ningbo, na China;

IV - a cidade de Tel Aviv, em Israel;

V - a cidade de Lima, no Peru;

VI - a cidade de Hamburgo, na Alemanha;

VII - a cidade de Chicago, nos Estados Unidos.

VIII - Cidade de Póvoa de Varzim, em Portugal.

IX - Cidade de Esmirna, na Turquia.

X - Cidade de Belmonte, em Portugal.

(SÃO PAULO (SP), 2007)

- Cidades-irmãs de São Paulo, que possuem foco na cooperação e aprimoramento na troca de conhecimento das raízes étnicas, folclóricas, musicais e culturais do rico acervo de nossas nações;

I - a cidade de Havana, em Cuba;

II - a cidade de Santiago, no Chile;

III - a cidade de Mendoza, na Argentina;

IV - a cidade de Assunção, no Paraguai;

V - a cidade de Montevideu, no Uruguai.

(SÃO PAULO (SP), 2007)

Ressalta-se que apesar de ser uma estratégia muito utilizada pelas cidades, não existe um protocolo para realizar estes acordos, os mesmos são baseados apenas em interesses mútuos, que podem efetivar-se ou não. Apesar da pouca institucionalidade dos mesmos, eles são um dos meios mais tradicionais de cooperação internacional utilizados pelas cidades, isto ficou explícito com a quantidade de acordos que São Paulo possui.

Outra estratégia muito utilizada desde o fim da década de 80 pelos municípios, é a participação em redes internacionais pois estas “ofrecieron a las ciudades un espacio para el diálogo, el debate y sobre todo para canalizar problemáticas comunes” (BENSEGUES, 2015, p.33). Além do mais, estas redes são importante na medida em que possibilitam as cidades a terem acesso a cooperação técnica e investimentos, sendo este último um grande gargalo pois muitos municípios não possuem orçamento capaz de levar a cabo projetos essenciais, neste sentido conseguir captar estes recursos, é o que move muitos destes nessa empreitada internacional.

Para além da captação de inversões, as redes internacionais servem de plataforma para as cidades discutirem problemas de âmbito global como a questão ambiental e seus derivados. A este respeito, uma rede de cidades que participa ativamente da governança global ambiental, é o ICLEI - Governos Locais pela

Sustentabilidade - atualmente a mesma conta com a participação de mais de 2.500 governos locais, tendo como missão principal impulsionar o desenvolvimento de políticas públicas de sustentabilidade local. De acordo com Almeida (2013, p. 1436) conforme citado por Bassani (2015, p. 8) “o ICLEI tem tido bastante destaque em suas ações de advocacy internacional, defendendo a importância dos governos locais nas discussões empreendidas no âmbito do regime internacional do clima.”

Estas redes não se encerram apenas nas temáticas supracitadas, existem redes com outros interesses, com outros graus de atuação, algumas atuam de formas mais regionalizadas como é o caso da Mercocidades que atua no âmbito do Mercosul e América do Sul ou em âmbito global como ICLEI. De todo modo, é certo que as redes internacionais se tornaram, principalmente nos dias atuais, uma ferramenta imprescindível, pela qual os governos locais podem influenciar a agenda internacional e serem partícipes do processo.

3 AGENDAS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO: A CIDADE COMO FOCO.

Como vimos no Capítulo 1, à medida que novos atores surgiram no cenário internacional, novos temas começaram a caracterizar a agenda internacional. Os problemas urbanos surgem como questões prementes a serem enfrentadas. Isso porque o significativo crescimento populacional nos centros urbanos tem revelado muitos desafios enfrentados não só pelos municípios, mas também pelas comunidades nacionais e internacionais. Este capítulo, portanto, descreve como as agendas globais de desenvolvimento passam a levar em consideração e ter como centralidade os governos locais, principalmente, as cidades.

3.1 A QUESTÃO URBANA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tradicionalmente as relações internacionais sempre estiveram pautadas por questões de segurança, soberania e defesa, sobretudo, pelo imperativo da guerra que se fez presente durante todo o século XX, período em que a mesma foi concebida como disciplina. Este cenário mudou, com “o fim da bipolaridade que alterou o cenário internacional e, portanto, a maneira como os atores deveriam se comportar” (MAUAD, 2011, p. 28). Tal processo favoreceu o incremento de novas temáticas na agenda internacional, pois o mundo pós-guerra fria viu-se diante de questões urgentes, como a questão da urbanização progressiva, consequência do processo de globalização que provocou movimentações do rural para o urbano.

As questões que dizem respeito à concepção do espaço urbano, normalmente eram estudadas, por outras ciências como a geografia, Arquitetura e Urbanismo. Neste sentido, um dos grandes expoentes da geografia brasileira e mundial, Milton Santos, não só percebia a importância da concepção do espaço urbano para entendermos os diversos processos sociais e políticos nacionais e internacionais em que estão submetidos às sociedades, que ao longo de sua vida acadêmica deu diversas contribuições relevantes para caracterizar o fenômeno.

Destarte, Santos (2004) aponta que;

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais

que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2004, p. 153)

É, portanto, o espaço urbano uma condição e resultado de processos sociais e políticos, que nos permitem analisar diversas questões, como desenvolvimento, um tema caro para as relações internacionais contemporâneas. Apesar de ser constructo da geografia, o que se entende por espaço urbano, as novas demandas que pressionam o sistema internacional fazem com que as relações internacionais façam uso deste, a fim de entender melhor um processo tão localizado, como é o desenvolvimento urbano, que apesar de ser uma condição local passar a ter influência na agenda internacional.

As consequências deste processo, ganham outras dimensões no campo das relações internacionais, sobretudo, porque o mesmo influencia diretamente nos fluxos migratórios, na efetivação dos direitos humanos e principalmente na preservação do meio ambiente. Desta forma, "o tratamento internacional das questões urbanas é fundamental para o combate à pobreza e para a promoção do desenvolvimento". (MAUAD, 2011, p. 51)

Partindo destes pressupostos é que a partir de 1972 a primeira conferência ONU-, realizada em Estocolmo, Suécia, lançou as bases para a inclusão no rol dos temas globais considerados prioritários para as Nações Unidas, a questão dos assentamentos humanos que viria ser tratado logo adiante na primeira Habitat, uma vez que, tinha-se naquele momento a preocupação com o crescimento urbano desordenado, que foi percebido como uma ameaça para os objetivos de paz. Desta maneira a questão urbana passou a ser um tema chave para compreensão das relações internacionais, pois ela intersecciona diversas questões.

3.2 AGENDA GLOBAL: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO (CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO - 1972)

A primeira grande conferência realizada pelo sistema ONU, ocorreu em 1972, na cidade sueca de Estocolmo, as discussões giraram em torno principalmente dos problemas ambientais, como mudanças climáticas, qualidade da água, entre outros. Esta conferência marca um divisor de águas na governança global, pois como aponta o teórico Ribeiro (2001), a mesma foi o marco inaugural dos debates de questões

ambientais a nível global.

Nesta conferência também foram abordadas questões sobre as políticas de desenvolvimento humano, onde buscou-se a construção de uma visão comum no que diz respeito a preservação dos recursos naturais. Cabe pontuar que na ocasião participaram do evento “representantes de 113 países, entre eles o Brasil, de 400 organizações governamentais e não-governamentais”. (MCCORMICK, 1992, p. 102 apud RIBEIRO, 2001, p. 74).

Embora nenhum acordo concreto tenha sido firmado ao final desta conferência, a mesma implicou no reconhecimento de uma escala mundial de problemas ambientais que afetam toda a sociedade, o que exigia, portanto, medidas comuns a todos os países. Para além disso, esta conferência abriu as portas para as discussões acerca do desenvolvimento sustentável e a participação, ainda que de maneira bem tímida, de outros atores como, ONGs.

Neste sentido, Balbim (2016) afirma;

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – ocorrida em Estocolmo, em 1972 – foi uma referência no Sistema ONU, que inspirou a realização de outras conferências temáticas, o que resultou no estabelecimento de programas transversais e intersetoriais, e possibilitou a integração de grandes grupos a esse sistema (ONGs, governos e autoridades locais, indígenas, mulheres, minorias etc.) (BALBIM, 2016, p.143)

O certo é que, além de introduzir temas como os problemas ambientais e a questão do desenvolvimento sustentável à agenda global, possibilitou a participação de outros atores e indiretamente fez com que as Nações Unidas passassem a “abranger as questões relacionadas com a vida nas cidades” (MAUAD, 2011, p. 53) e com isso pavimentou caminho para as discussões futuras.

3.3 AGENDA GLOBAL: HABITAT I - VANCOUVER 1976

A conferência de Vancouver veio logo depois da conferência de Estocolmo, em 1976, na ocasião, os “Estados-nações reconheceram que a habitação e a urbanização são questões de ordem global e afirmaram o papel estratégico dos governos nacionais na efetivação de políticas urbanas” (BALBIM, 2016, p. 152). Isso se explica em decorrência do momento excepcional que estava passando o sistema internacional naquele momento, no auge da guerra fria, junto com outros acontecimentos como a

crise do petróleo em 1973, o que acabou dotando a conferência de um caráter mais estatal.

Partindo dessa visão, o entendimento que se tinha por parte dos Estados é que qualquer solução para estes problemas tinha que partir do âmbito estatal. Mauad (2011), sintetiza bem essa ideia;

A Habitat I inaugurou o debate multilateral acerca dos assentamentos humanos e possibilitou que a questão fosse discutida e pensada pelos países-membros das Nações Unidas. Contudo, é importante notar o momento histórico em que se deu a conferência: a Guerra Fria. Naquele período, ainda que houvesse um alerta para as questões sociais, o discurso que imperava no sistema internacional era o da segurança e defesa. O mundo ainda estava subdividido entre o bloco capitalista e o socialista, o que de alguma forma ofuscava os problemas sociais, principalmente aqueles enfrentados pelos países em desenvolvimento, além da participação de outros atores, como ONGs. A visão do papel do Estado e da comunidade internacional no combate ao subdesenvolvimento era restrita, e o Estado era tido como a unidade política concernente nessas questões. Enfim, em 1976, o movimento das ONGs ainda não havia ganhado força, e o cenário internacional era predominantemente estatal. (MAUAD, 2011, p. 54)

Neste sentido, há o entendimento de “que a complexidade dos problemas urbanos poderia ser solucionada por meio de uma atuação forte dos Estados, sobretudo dos governos centrais, que praticamente monopolizaram a participação durante a Conferência” (FERREIRA, 2016 apud MENEZES e MÁXIMO, 2020, p. 416). Entretanto essa visão de que os Estados tinham a primazia no debate de qual seria a melhor alternativa para os problemas que se colocavam, fez com que estes adotassem uma posição errônea, ao não perceberem que o processo de urbanização em rápido crescimento, era um processo inexorável, - e não um efeito indesejado da migração das zonas rurais para a urbana - e que qualquer solução dependeria da atuação conjunta com outros atores, como os governos locais e regionais.

O resultado final da conferência, sintetizado no documento intitulado Declaração de Vancouver, mostrou algumas ambiguidades no posicionamento dos Estados, uma vez que, no documento final há a recomendação para “a participação pública e dos governos locais na busca de soluções para questões globais” (BALBIM, 2016, p. 144). O que é interessante, é que mesmo com forte presença dos Estados Nações, marcando posição e reafirmando incansavelmente a posição como *locus* primeiro para resolução dos problemas do mundo, Balbim (2016, p. 143) mostra que está conferência serviu como, “início do fim do período de supremacia do Estado nacional nas questões diplomáticas globais, ao menos no que tange a temas sociais,

de direitos humanos, culturais, urbanos e ambientais”, abrindo espaço para outros atores.

3.4 AGENDA GLOBAL: HABITAT II - ISTAMBUL 1996

Desde a conferência de Vancouver se passaram vinte anos e nesse espaço de tempo, houve mudanças importantes e significativas. A inabilidade dos Estados Nações em lidar sozinhos com as questões da urbanização somados com a política do Estado Mínimo muito em voga na década de 90, que reduziu drasticamente a capacidade de atuação destes Estados, propiciou o ambiente favorável para o reconhecimento formal - por parte da ONU e de seus Estados-membros - da “importância dos governos locais no alcance de acordos globais; em especial, os correlacionados com as questões climáticas, o desenvolvimento social e os direitos humanos” (BALBIM, 2016, p. 144).

A Habitat II, também encerra um ciclo profícuo de conferências que teve início em 1992 com Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Não por coincidência é nesse mesmo período que há o encerramento da Guerra Fria, o que influenciou diretamente nos debates, trazendo para a mesa de negociação novas temáticas, principalmente no campo social que haviam sido negligenciadas pela disputa de poder entre o bloco capitalista e socialista. Desta maneira, a Habitat II se insere no período pós-Guerra Fria e na chamada década das conferências sociais (MAUAD, 2011, p. 65).

Estes acontecimentos supracitados, denotam um cenário internacional marcado por relações complexas, sobretudo, pela intensa mobilização da sociedade civil que se engajou na participação das conferências disputando espaço. Desta forma, como aponta Maricato (1997, p. 21), os posicionamentos defendidos desde a ECO-92, como uma maior descentralização das discussões para outros níveis e atores e fortalecimento local, foram definitivamente consolidados na conferência de Istambul.

De fato, quando comparamos a Conferência de Vancouver com a de Istambul, é perceptível os avanços, que ocorreram de uma para outra. Em Vancouver apesar da declaração final ter defendido uma maior participação da sociedade civil e outros atores, a realidade foi bem diferente, estes não tiveram espaço nas discussões e a

conferência ficou marcada por um forte estatismo, onde os Estados centralizaram o debate e se apresentaram como os únicos atores capazes de enfrentar as problemáticas.

Por sua vez, em Istambul houve uma mudança radical tanto no posicionamento como na visão da conferência, a partir daquele momento pela primeira vez, outros atores que não os Estados Nações puderam participar ativamente nas discussões oficiais. Desta maneira durante as discussões atores nacionais, em especial governos locais, organizações da sociedade civil organizada e a academia participaram ativamente.

Deste modo, na “Habitat II, as cidades foram reconhecidas como condutoras do crescimento global e a urbanização foi considerada como uma oportunidade” (BALBIM, 2016, p. 153) e não um problema a ser combatido como na anterior. Isto posto, vê-se que o grande impacto que esta conferência teve, não foi somente em colocar a urbanização e outros problemas sociais, como questões de interesse global que devem ser tratados coletivamente por meio de uma colaboração universal, mas chamou a atenção para imprescindibilidade da atuação de outras instâncias governamentais e da sociedade civil, algo antes inimaginável, desde a perspectiva de um sistema internacional estadocêntrico. As cidades a partir daquele momento passaram a ser um ator relevante e portanto, chamadas a assumir responsabilidades na busca de soluções aos problemas globais.

3.5 AGENDA GLOBAL: HABITAT III – QUITO 2016

Realizada em Quito no Equador entre os dias 17 e 20 de outubro de 2016, a Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável - sendo esta a primeira do ciclo Habitat realizada na América Latina - teve o intuito de reafirmar o compromisso da comunidade internacional com as questões urbanas. Para além disso, como afirma Menezes e Máximo (2020, p. 417), “a conferência Habitat III também foi pensada como parte fundamental do framework institucional que conforma a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A nova agenda urbana (NAU), resultado da Habitat III, foi um dos esforços mais amplos já levado a cabo pelo sistema ONU, com a intenção de desenvolver uma nova concepção normativa global sobre o desenvolvimento sustentável. Pode-se afirmar

que ela é uma síntese de todas as discussões e deliberações anteriores, como Habitat I e II, ODM (2000), ODS (2015) e Acordo de Paris (2015).

Neste sentido dentro do que foi desenvolvido e discutido ao longo da conferência, tivemos mudanças importantes de posicionamentos, sobretudo, se levarmos em consideração as experiências anteriores, saímos da centralidade do Estado como agente de desenvolvimento defendido pela habitat I, passando pela Habitat II que defendia a ideia da participação de outros atores como os governos locais, pautada por uma visão onde estes últimos deveriam atuar de forma setorial, ou seja, apesar de serem partes interessadas no processo, eram percebidos apenas como plataformas para implementação das agendas focados em determinados problemas .

Portanto, o que se vê na Habitat III, é um redimensionamento das questões tidas como relevantes, “as cidades agora não seriam mais pensadas pura e simplesmente como *loci* para as ações de desenvolvimento sustentável, mas como vetores de mudança e partes fundamentais para moldar esse processo” (MENEZES e MÁXIMO, 2020, p. 417). Essa postura reflete o entendimento adotado por todas as agendas globais mais recentes, “de que o jogo do desenvolvimento sustentável será jogado nas cidades e, por essa razão, as cidades devem ser levadas em conta enquanto partes do sistema global como um todo” (FRANCO, 2016 apud MENEZES e MÁXIMO, 2020, p. 417).

Esse posicionamento em relação a centralidade cidade é algo que já vinha em processo de construção, o que NAU e principalmente a agenda ODS fizeram, foi normatizar as ações vinculadas às cidades, proporcionando maior estabilidade e legitimidade na atuação desses atores. É tão verdade que se analisarmos como os ODS foram conformados é possível perceber que das 169 metas dos 17 ODS, 90 delas (ver Tabela 2 abaixo) são apresentadas como relevantes para o trabalho desempenhado especificamente por governos locais.

Tabela 2 – Interseção entre as metas dos ODS e a importância de governos locais na implementação de políticas públicas convergentes a elas.

Objetivos do Desenvolvimento	Total de metas / metas
-------------------------------------	-------------------------------

Sustentável (ODS)	relacionadas a atividades de governos locais	
ODS 1: Erradicação da pobreza	7	4 (1.1; 1.2; 1.3; 1.5)
ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável	8	4 (2.1; 2.2; 2.3; 2.4)
ODS 3: Saúde e bem-estar	13	6 (3.1; 3.2; 3.3; 3.6; 3.7; 3.9)
ODS 4: Educação de qualidade	10	7 (4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.7; 4.a)
ODS 5: Igualdade de gênero	9	7 (5.1; 5.2; 5.3; 5.4; 5.5; 5.a; 5.c)
ODS 6: Água potável e saneamento	8	7 (6.1; 6.2; 6.3; 6.4; 6.5; 6.6; 6.b)
ODS 7: Energia limpa e acessível	5	3 (7.1; 7.2; 7.3)
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	12	6 (8.3; 8.5; 8.6; 8.7; 8.8; 8.9)
ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura	8	3 (9.1; 9.3; 9.c)
ODS 10: Redução das desigualdades	10	5 (10.1; 10.2; 10.3; 10.4; 10.7)
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	10	Todas as dez metas
ODS 12: Consumo e produção sustentáveis	11	7 (12.2; 12.3; 12.4; 12.5; 12.7; 12.8; 12.b)
ODS 13: Ação contra a mudança global do clima	5	3 (13.1; 13.3; 13.b)
ODS 14: Vida na água	10	4 (14.1; 14.2; 14.5; 14.b)
ODS 15: Vida na terra	12	5 (15.1; 15.2; 15.5; 15.9; 15.b)
ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes	12	5 (16.1; 16.5; 16.6; 16.7; 16.10)
ODS 17: Parcerias e meios de implementação	19	6 (17.1; 17.14; 17.16; 17.17; 17.18; 17.19)

Fonte: Menezes e Máximo (2020)

Portanto, fica perceptível que tanto a NAU como os ODS, colocam as cidades como o ator mais importante, no que diz respeito à Agenda de Desenvolvimento Sustentável, deixando claro que as soluções para os problemas globais serão pensadas e efetivadas a partir dos governos locais.

4 AS CIDADES PEQUENAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DA CIDADE DE MANAQUIRI-AM.

4.1 CIDADES PEQUENAS COMO “NÓS” IMPORTANTES

Quando tratamos da participação das cidades pequenas nas relações internacionais contemporâneas, normalmente nos deparamos com alguns entraves, primeiro por ser um tema que do ponto de vista histórico ainda é recente, e por tal fato, encontramos uma literatura pouco consolidada e incipiente; segundo, porque a maioria dos estudos restringe o seu corpo analítico aos eixos estratégicos urbanos das relações internacionais designados de “cidades globais”. (SANTOS, 2015, p. 19).

Isto ocorre, sobretudo porque, muitos teóricos como Sassen (1991); Calder e Freytas (2009) citado por Santos (2015, p. 19), em suas análises dão maior atenção aos centros urbanos macros, por considerarem que estes possuem maior capacidade de *agency*, ou seja, são capazes de influenciar as relações internacionais. Neste sentido, Santos (2015), faz uma crítica a este posicionamento e principalmente a literatura existente sobre o tema, pois ao passo que se reconhecem apenas critérios macros para se analisar este fenômeno, acabam reproduzindo, a mesma dinâmica da literatura tradicional de relações internacionais, conformam-se com padrões analíticos conservadores.

Neste sentido, para além dessas questões de definição de objeto de análise, o fato é que, as cidades - sejam elas globais, médias ou pequenas - são nas palavras de Santos (2015);

“(...) um princípio organizador e unidade de análise nas RI em linha com os Estados. Isto é, são simultaneamente uma categoria analítica nas RI – uma vez que nos permitem entender as Relações Internacionais – e um ator das RI – pois influenciam e são influenciadas pela esfera internacional – devendo ser consideradas como tal.” (SANTOS, 2015, p. 19)

O que a teórica nos aponta com esta visão, é que o debate da participação das cidades como categoria de análise e como ator das relações internacionais, vai muito além das ideias preconizadas pela literatura dominante, pautadas exclusivamente em torno do conceito de *cidade global* e, portanto na atual conjuntura em que se encontra o mundo, em meio a um entramado de redes, fluxos e interações, consequência da globalização, não podemos deixar de levar em consideração as cidades pequenas, dentro das suas especificidades.

Desta maneira, o que muda, dentro da argumentação apresentada pela teórica, é somente a escala de atuação. As cidades pequenas devido às suas capacidades, atuam em menor escala, entretanto, ainda sim, se apresentam como “*nós*” importantes de interligação com as dinâmicas globais desterritorializadas e isto é claramente verificado, por exemplo, na atuação destas na troca de experiências com outras entidades internacionais, na integração em redes internacionais e principalmente na implantação e internalização da agenda global de desenvolvimento sustentável.

Portanto, o que pode se inferir é que as cidades pequenas, também possuem a capacidade de *agency*, e este processo está em contínuo desenvolvimento, sobretudo porque estas representam a maioria dos governos locais, e ao mesmo tempo em que não possuem as mesmas capacidades que as cidades maiores, conseguem dar melhores respostas aos problemas globais.

4.2 DEFININDO AS CIDADES

Compreender os processos e as dinâmicas das cidades, constitui-se como tarefa fundamental, uma vez que nos permite analisarmos mais profundamente, como estes espaços têm sido cada vez mais motores do desenvolvimento. Neste sentido é necessário elucidarmos o que se entende por cidade e outras subcategorias como “cidades pequenas”.

Na literatura, ainda não se tem um conceito plenamente definido e amplamente aceito sobre o que se entende como cidade, tão pouco sobre as subcategorias, isto não quer dizer que já não tenha havido tentativas de defini-las, Salgueiro (2005, p. 176) por exemplo, vai afirmar que a cidade é “uma aglomeração de gente, de capitais e de outras forças de produção num espaço limitado, mas também uma forma de povoamento, um lugar na paisagem dotado de características peculiares em termos de forma e de imagem”. Esta definição conceitual, como aponta Soares (2019, p. 652) leva em consideração elementos “dimensão e densidade”.

Mumford (1938) citado por Vasconcelos (1999, p. 12) elabora três conceituações

- 1) a cidade como um "ponto de concentração máxima do poderio e da cultura da comunidade", mas seria também um produto da terra e um produto do tempo";
- 2) a cidade, no sentido sociológico, seria "um lugar onde se concentra

herança social, e onde as possibilidades de intercâmbio social contínuo e de interação elevam a um potencial mais alto as atividades do homem"; 3) a cidade seria também "um plexo geográfico, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva". (VASCONCELOS, 1999, p. 12)

As definições apresentadas até aqui, são extremamente conceituais e apresentam uma visão quase poética do que se entende por cidade, ainda que sejam importantes para nortear na concepção de conceito mais sólido, neste trabalho utilizaremos a classificação apresentada pelo IBGE, principalmente no que diz respeito às cidades pequenas que é o foco do mesmo. Neste sentido, a definição do IBGE, "classifica cidades pequenas como sendo aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes" (VIEIRA et al., 2007, p. 138), nota-se, portanto, parte de análise puramente demográfica.

4.3 INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA GLOBAL: O CASO DE MANAQUIRI

Ao longo deste trabalho, vem se debatendo a importância das cidades como agentes do desenvolvimento e como cada vez mais se demandam a participação destes atores no enfrentamento dos problemas globais. Neste sentido, há que se pontuar que muitas das boas práticas e soluções, partem das cidades pequenas, como é o caso da cidade amazonense, Manaquiri.

4.3.1 DESCRIÇÃO DA CIDADE.

Manaquiri é um município brasileiro situado na região norte do país, mais especificamente no estado do Amazonas, atualmente conta com uma população de aproximadamente 33.981 mil habitantes, segundo a estimativa populacional realizada pelo IBGE em 2021. Antes de se tornar cidade, Manaquiri era apenas uma vila, dispersa entre três municípios, Borba, Careiro e Manacapuru. Segundo dados oficiais, a mesma foi elevada à categoria de cidade em 23 de outubro de 1985 através da lei estadual nº 1.707 com o nome Manaquiri, pois anteriormente era conhecida como Vila do Jaraqui.

A transformação de Manaquiri está intimamente ligada, ao processo de expansão para o interior, através da construção da BR-319, que foi um projeto do Governo Federal que tinha o intuito de incentivar a migração e desta forma possibilitar a ocupação da Amazônia e garantir o controle estratégico sobre a região, pois diferente das outras regiões do Brasil, esta ainda era pouco povoada. Desta maneira,

como apontam Lourenço e Araújo (2021, p. 169) “com o início da construção da BR-319, na década de 1970 (...), Manaquiri passou a receber migrantes, oriundos de outros municípios e de outros estados brasileiros, para trabalharem na construção da BR, e acabaram por se fixar na região”.

Do ponto de vista geográfico segundo o IBGE, a cidade possui uma área de aproximadamente 3.973,258 km², sendo que deste total apenas 2,28 km² são urbanizados. (Veja no mapa abaixo); esta característica, levando em consideração o tamanho da população, torna a mesma uma das menos densamente povoadas do Brasil, apresentando uma densidade populacional em torno 8,55 hab/km².

FIGURA 1. MAPA DA CIDADE DE MANAQUIRI - AM



Fonte: IBGE, 2020.

No que diz respeito aos índices de desenvolvimento humano, nos anos de 1991 a cidade figurava nas posições mais baixas no ranking do IBGE, num universo de aproximadamente 5.507 cidades, Manaquiri ocupava a posição de número 5.058 e apresentava um IDHM geral de 0,244, considerado muito baixo pelo PNUD. Quando se focava apenas no IDHM - Educação a situação, tornava-se ainda mais preocupante, pois a cidade situava entre os piores índices desenvolvimento educacional do país na posição 5.314, com IDHM - Educação de 0,046.

Outro grande problema enfrentado pela cidade nos anos 2000, era a alta taxa de mortalidade de menores de 5 anos, neste período foram registradas 44,7 mortes a

cada mil crianças nascidas vivas (PLAMSAN, 2012, p. 26), muito acima da média registrada pela região norte que girou em torno de 38,4 e da média geral do Brasil 30,1 mortes (GOMES, et. al. 2016, p. 264). Há que pontuar também que a cidade padecia com a falta de infraestrutura básica, como poucos postos de saúde, saneamento básico e ruas pavimentadas.

Como podemos notar Manaquiri, surgiu como reflexo de um processo de expansão do governo federal na região norte, um espaço caracterizado por seu atraso em relação às outras regiões, o que implicou diretamente num processo de desenvolvimento desordenado desta cidade, devido a boom migratório de pessoas de outras regiões, desta forma ao longo do tempo isto provocou sérios problemas, o governo local não conseguiu suprir as necessidades básicas dos cidadãos, esse prognóstico explica em grande medida os baixos índices de desenvolvimento.

4.3.2 Internalização da Agenda Global

Por volta do ano de 2005 com a eleição para prefeito, Jair Souto foi eleito para seu primeiro mandato como gestor municipal da cidade de Manaquiri, havia uma grande preocupação por parte do mesmo em melhorar os índices de desenvolvimento. Neste sentido, uma das saídas encontradas pelo gestor, foi através da internalização e implementação dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio, que era a agenda global vigente naquele momento.

Os ODMs, “também conhecidos como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, (...) são um conjunto de metas pactuadas pelos governos dos 191 países-membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver” (GARCIA e GARCIA, 2016, p. 196). Eles apresentam os seguintes objetivos;

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
 2. Atingir o ensino básico fundamental;
 3. Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres;
 4. Reduzir a mortalidade infantil;
 5. Melhorar a saúde materna;
 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
 7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
- (GARCIA e GARCIA, 2016, p. 196)

É partindo dessas premissas que Souto internaliza essa agenda por meios dos instrumentos de planejamento orçamentários, também conhecidos como PPA, LDO e LOA. Dentre os três, o mais importante é o PPA (Plano Plurianual), “pois representa o projeto maior do governo e estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes,

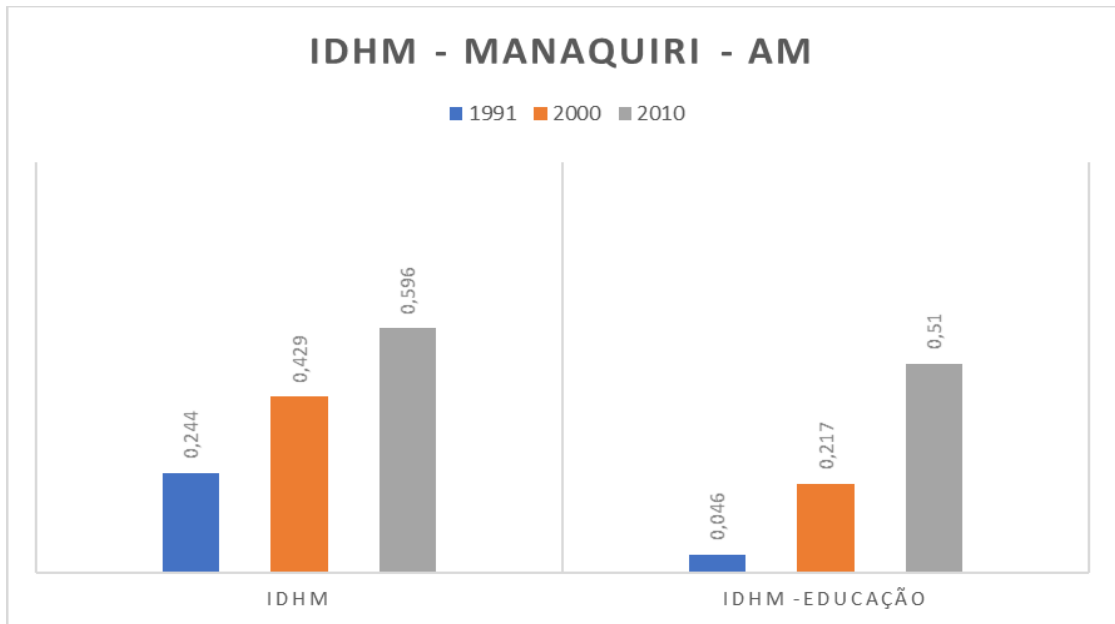
ordenando as ações, os objetivos e as metas” (COUTINHO, 2016, p. 85). Portanto, os PPAs 2005-2008 e 2009-2012, nas palavras do prefeito em entrevista para a Associação Brasileira de Municípios, realizada em 13 de dezembro de 2017, foram constituídos prevendo ações e metas diretamente ligados aos 8 objetivos, tendo especial atenção a princípio ou pelo menos neste início aos objetivos 2 e 4, que tratam respectivamente da universalização do ensino básico para todos e redução da mortalidade infantil.

Este programa foi um projeto bem amplo e teve bons resultados como aponta ODM BRASIL (2013);

A prefeitura de Manaquiri foi um dos destaques da mesa de Boas Práticas por ter baseado seu planejamento nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O ex-prefeito Jair Aguiar mostrou os indicadores municipais que foram alcançados depois que a gestão passou a adotar a plataforma ODM, entre eles: redução da taxa de mortalidade infantil, aumento do acesso ao pré-natal, e do percentual de crianças com benefício de prestação continuada da Assistência Social na escola, redução do abandono escolar e da distorção idade-série, e aumento da cobertura dos Cras (Centros de Referência da Assistência Social). Segundo o prefeito, alguns resultados de Manaquiri superam a média recomendada pela ONU: o índice de desnutrição entre crianças com menos de 2 anos de idade, que em 2000 era de 22,5%, hoje é de 0,5%. O percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia era de 52,2% em 2000, e em 2011 ficou em 97,1%. O Ideb chegou à 12ª posição no estado do Amazonas nos primeiros anos (até a 4ª série). (ODM BRASIL, 2013)

Outros resultados também chamaram atenção. Levando em consideração o PIB de Manaquiri no ano de 2005, - ou seja o primeiro ano de gestão e de internalização do ODMs- correspondia a quase R\$ 46 milhões de reais, entretanto ao fim do ano de 2012, o mesmo já superava os R\$ 156 milhões de reais, um aumento de 338,4 %. Outros índices tiveram rápida melhora como aponta o gráfico abaixo;

GRAFICO 2. IDHM e IDMH-EDUCAÇÃO DE MANAQUIRI



Fonte: ATLAS, 2022. (Elaboração própria)

Como aponta o gráfico, o índice de desenvolvimento humano da cidade de Manaquiri teve relativa melhora se compararmos as três últimas medições, saiu da faixa considerada muito baixa que vai 0,000 a 0,499 e passou para baixa que oscila entre os intervalos de 0,500 a 0,599, apesar de não ser o ideal ainda, mais a cidade já apresenta avanços. Dentre os índices que tiveram melhores aproveitamentos, sem dúvidas, foi o que mede os avanços da Educação, este apresentou um salto extraordinário, em 1991 estava numa posição extremamente preocupante, quase perto do zero o que colocava Manaquiri entre as piores cidades do Brasil no que diz respeito ao IDHM-Educação, desta maneira com políticas empregadas através da internalização dos ODMs, a cidade saltou várias posições e atingiu 0,510.

As agendas globais de desenvolvimento principalmente no caso específico, se mostrou uma ferramenta bastante útil, principalmente para uma cidade com as características e o porte de Manaquiri, não há dúvidas que elas são o caminho para os pequenos municípios que queiram se desenvolver e atingir os resultados que a cidade em questão alcançou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa resultante deste trabalho de conclusão de curso foi analisar se fazia sentido uma agenda de Relações Internacionais para as cidades - com o foco na pequenas -, tendo em vista que atualmente, já é amplamente reconhecido e aceito a participação destes atores no sistema internacional, nas suas mais diversas formas. Entretanto o que se nota é que muito dos estudos sobre a atuação destes atores tem focado principalmente nas “cidades globais”, deixando de lado as cidades médias e principalmente as pequenas.

Neste sentido, tendo em vista a natureza do Sistema Internacional, que se conformou centrado no Estado-Nação, e por esta razão não havia atuação de outros atores, situação esta que possibilitou que o Estado fosse o único ator capaz de atuar nas relações internacionais, tendo permanecido desta maneira por quase 500 anos. Entretanto a partir do século XX, esta condição vai gradativamente cambiando, sobretudo, em decorrência dos vários acontecimentos que marcaram o século em questão, sendo os principais, a duas guerras mundiais, a guerra fria e principalmente o processo de globalização.

Com a intensificação da globalização outros atores começaram a cobrar espaço, e a cidade foi um deles. Somados ao processo de globalização, outros fatores também podem ser considerados como catalizadores de uma maior participação destes atores nas relações internacionais como: a inércia e ineficiência do Estado em agir frente aos desafios globais; o caráter democrático da atuação das cidades; e fato dos problemas de ordem global estarem cada vez mais localizados e o mais importante, o intenso processo de urbanização somados ao aumento demográfico.

Junto a essa maior participação, os governos locais desenvolveram várias estratégias de inserção internacional, que se subdividem em dois tipos: individual e a de caráter cooperativo. A de tipo individual, foca principalmente no marketing territorial, através da promoção de grandes eventos, como conferências internacionais, jogos olímpicos etc.; a de caráter cooperativo, realiza-se por meio de acordos bilaterais e/ou multilaterais, ao longo dessa pesquisa notou-se que os

processos de irmanamentos foram uma das estratégias mais utilizadas e também a mais tradicional.

Para além dessas questões já mencionadas ao começarmos esta pesquisa uma das hipóteses que tínhamos, era que as agendas globais de desenvolvimento principalmente as do ciclo habitat foram uma das grandes responsáveis pela maior abertura das relações internacionais em favor dos governos locais. Essa hipótese se confirma, na medida em que analisamos as várias conferências realizadas desde a década de 70.

A primeira conferência, realizada em Estocolmo, apesar de não fazer parte do ciclo habitat teve grande influência, uma vez que foi o marco inicial no que diz respeito aos debates de questões ambientais a nível global e mais que isso, foi também a primeira vez que a comunidade internacional discutiu questões relacionadas com a vida na cidades.

Na habitat I, há a reafirmação da primazia do Estado sobre as questões globais, mais não o monopólio, uma vez que ao final da conferência, os próprios Estados reconheceram a importância da participação da sociedade civil e dos governos locais. Por sua vez, a Habitat II, elevou a posição dos governos locais a outro patamar, pois a estes foram permitido uma participação ativa nas discussões, além disso os Estados reconheceram a imprescindibilidade da atuação destes atores no enfrentamento dos problemas globais o que fez com que as cidades a partir daquele momento passassem a serem atores relevante e portanto, chamadas a assumir responsabilidades na busca de soluções aos problemas globais.

Na conferência de Quito, também conhecida como Habitat III, a primeira realizada na América Latina, as cidades são colocadas no centro da governança global para o desenvolvimento sustentável, e esta posição é reflexo do entendimento de que o jogo do desenvolvimento sustentável está sendo jogado nas cidades e, por essa razão, as cidades devem ser levadas em conta enquanto partes do sistema global como um todo. Para além disso, concordamos com as colocações feitas pelos teóricos Menezes e Máximo (2020, p. 417) de que as cidades não podem mais serem consideradas pura e simplesmente como *loci* para as ações de desenvolvimento sustentável, mas como vetores de mudança e partes fundamentais para moldar esse processo. Desta maneira, Agenda de Desenvolvimento Sustentável mais atual, os

ODS, não deixa dúvidas, as soluções para os problemas globais estão sendo pensadas e efetivadas a partir dos governos locais.

No que tange, a discussão sobre a participação das pequenas cidades nas relações internacionais nos deparamos com alguns entraves, uma literatura pouco consolidada e incipiente, na qual os estudos restringem o seu corpo analítico aos eixos estratégicos urbanos das relações internacionais designados de “cidades globais”, como já foi explicado anteriormente. Essa situação, entretanto não impediu de confirmar que, sim, as pequenas cidades assim como as demais, também são um princípio organizador e unidade de análise nas RI, uma vez que nos permitem entender as Relações Internacionais e um ator das RI, pois influenciam e são influenciadas pela esfera internacional – devendo ser consideradas como tal.” (SANTOS, 2015, p. 19).

Há que se falar também da dificuldade em definir o conceito de cidade, principalmente as cidades pequenas. Até o presente momento não se tem um conceito plenamente definido e amplamente aceito e, portanto, para a nossa pesquisa utilizamos a definição do IBGE, que não é um conceito, mais foi pertinente para selecionarmos nosso estudo de caso.

Com intuito de verificar se fazia sentido uma agenda de relações internacionais para uma cidade pequena, escolhemos a cidade de Manaquiri, que por sinal atende aos prerrequisitos estabelecidos pelo IBGE para ser considerada uma cidade pequena: aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes. Como já explicado no quarto capítulo, está cidade se desenvolveu com *boom* migratório, em decorrência das obras de construção da BR-319, isto provocou um desenvolvimento e urbanização desordenados, que depois se transformou em problemas de ordem social, como: baixos níveis de desenvolvimento humano, alta taxa de mortalidade infantil, e os piores desempenhos educacionais do Brasil de 1991 a 2000.

Entretanto, como pudemos notar a partir de 2005 começa-se em Manaquiri o processo de internalização da Agenda Global de Desenvolvimento, conhecida como ODMs, que consistiu em várias ações implementadas via PPA e que serviu de guia para atuação da gestão municipal. Como resultado desse amplo processo teve-se melhoras significativas, em todas as áreas, o índice da educação deu um salto

qualitativo, colocando Manaquiri entre os melhores IDEB's do Amazonas, houve elevação do IDHM e do ponto de vista econômico, o PIB de Manaquiri teve um aumento real de aproximadamente 338,4%.

Neste sentido, dentro da grande questão que este trabalho se propôs a responder, podemos afirmar que as agendas globais de desenvolvimento principalmente no caso específico, se mostrou uma ferramenta bastante útil, principalmente para uma cidade com as características e o porte de Manaquiri, não há dúvidas que elas são o caminho para os pequenos municípios que queiram se desenvolver e atingir os resultados que a cidade em questão alcançou. Portanto, é perfeitamente possível afirmar que, faz sentido uma agenda de relações internacionais para as pequenas cidades.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **LEI Nº 1.707, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1985**. Estabelece a Divisão territorial do Estado. (ERRATA no D. Of. nº 26.196 de 11.03.87). Amazonas: Assembleia legislativa, 1985. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1985/6157/6157_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2023.

ATLAS. AtlasBrasil, 2022. **Atlas do Desenvolvimento Humano** no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BALBIM, R. DIPLOMACIA DE CIDADES: AGENDAS GLOBAIS, ACORDOS LOCAIS. In: **Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas**. organizador: BALBIM, R. Brasília: Ipea, 2016. p. 123-170.

BRASIL. **ODM Brasil, 2013**. Boas Práticas de ODM são apresentadas durante Encontro de Prefeitos e Prefeitas. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/noticias/2013/02/01-02-2013-boas-praticas-de-odm-sao-apresentadas-durante-encontro-de-prefeitos-e-prefeitas>. Acesso em: 31 maio 2023.

BASSANI, V. Governança local e redes de cidades na questão da mudança climática. **Climate Policy**. IRI-USP, 2015.

BENSEGUES, L. La importancia creciente de las ciudades en el escenario internacional. **REVISTA TIP**, Buenos Aires, ano 3, n. 5, p. 27-38, nov. 2015.

COLOMBO, S. *Estado e soberania: uma visão a partir da sociedade internacional*. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n.16, fev. 2007. Disponível em:<https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao016/Silvana_Colombo.htm>Acesso em: 15 abr. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). INTERNACIONAL: A importância do protagonismo dos Municípios na cooperação internacional em um mundo globalizado. **Coleção Gestão Pública Municipal**. 2022. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca>. Acesso em: 26 fev. 2023.

COUTINHO, D. S. **O ovo da serpente: as razões que levaram a corrupção a se alastrar...** – 1.ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 83-87.

CREUTZ, K. Cities as global actors: Bringing governance closer to the people. **FIIA**, 2023. Disponível em: <<https://www.fiaa.fi/en/publication/cities-as-global-actors?read>> Acesso em: 12 abr. 2023.

DIAS, R. Paradiplomacia: ferramenta de inclusão internacional dos municípios. **IBAM**. 2010. Disponível em: <<http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=08PARADIPLOMA.PDF>> Acesso em: 10 mar. 2023

GARCIA, D. S. S; GARCIA, H. S. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 35, p. 192-206, vol. esp., dez. 2016.

GOMES, T.G.A.C.B. et. al. Mortalidade na infância no Brasil e regiões no período de 2000 a 2011: o impacto da atenção básica. **Comun. ciênc. saúde; Brasília 27(4): 259-266, dez. 2016.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaquiri>> Acesso em: 24 mar. 2023

_____. **Pesquisas: Índice de desenvolvimento Humano**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaquiri/pesquisa/37/30255>> Acesso em: 24 mar. 2023

_____. **Organização do território: estrutura territorial**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15774-malhas.html?=&t=downloads>> Acesso em: 22 mar. 2023

LOURENÇO, N. S. A; ARAÚJO, N. J. S. Saúde e ambiente na cidade de Manaquiri – AM. In: SEABRA, G. (Org.). **TERRA - A Saúde Ambiental para a Vitalidade do Planeta**. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 166-176.

MANAQUIRI, Prefeitura Municipal de Manaquiri. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Manaquiri, 2012.

MARICATO, E. Contradições e Avanços da Habitat II. In: GORDILHO-SOUZA, A. (Org.). **Habitar Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90**. Salvador: Mau-ufba/ Lab-habitar, 1997. p. 21-37.

MARQUES, G. B. Velhos e novos atores: as relações internacionais de Vestfália ao século XXI. **Revista Ius Gentium: Teoria e Comércio no Direito Internacional**, Florianópolis, nº 1, jul. 2008. Disponível em :< <https://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf>> Acesso em 17 abr. 2023.

MAUAD, A. C. E. **A participação dos governos locais na segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) e seus desdobramentos internacionais e nacionais**. 2011. 140 p. Monografia de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília – IREL/UnB, Brasília D.F. 2011.

MESA, M. R. M. **La participación en Redes Internacionales de Gobiernos Locales como una estrategia de internacionalización de los Gobiernos Locales. La experiencia de Barcelona en el período 2006-2009**. 2011. 96 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Relações Internacionais) - Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá D.C., 2011.

MENEZES, H. Z; MÁXIMO, L. M. São as cidades sub-representadas na Política Internacional? Uma análise da participação das cidades na Habitat III. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 4. ISSN 2317-7721. pp. 411-439.

RIBEIRO, W. C. **A Ordem Ambiental Internacional**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 73-92.

SALGUEIRO, T. B. A cidade em Portugal: uma geografia urbana. Lisboa, Edições **Afrontamento**, 1992.

SANTOS, S.J. As Cidades como Atores das Relações Internacionais. In: MOITA, L. **A internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade**. Lisboa: UAL; OBSERVARE. 2017. p. 15-39.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004. p. 155-164

SÃO PAULO (SP). **LEI Nº 14.471, DE 10 DE JULHO DE 2007**. Consolida a legislação municipal sobre cidades-irmãs da cidade de São Paulo, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2007. Disponível em: [http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14471-de-10-de-julho-de-2007#:~:text=Consolida%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20municipal%20sobre,Paulo%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=todos%20os%20Vereadores\)-,Consolida%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20municipal%20sobre%20cidades-irm%C3%A3s%20da%20cidade%20de,Paulo%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14471-de-10-de-julho-de-2007#:~:text=Consolida%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20municipal%20sobre,Paulo%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=todos%20os%20Vereadores)-,Consolida%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20municipal%20sobre%20cidades-irm%C3%A3s%20da%20cidade%20de,Paulo%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 01 de Abr. 2023.

SOARES, M. P. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 647-668.

UNHABITAT. Envisaging the Future of Cities. **World Cities Report 2022**. 2021. Disponível em: < https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf> Acesso em: 18 abr. 2023.

VASCONCELOS, P. A. A Cidade, o Urbano e o Lugar. **Geosp**, São Paulo, v. 6, p. 11-15, 1999.

Vieira, A. B., Roma, C. M., & Miyazaki, V. K. (2020). CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA. **Caderno Prudentino De Geografia**, 1(29), 135–156. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>

WEI, T. et. Al. Keeping Track of Greenhouse Gas Emission Reduction Progress and Targets in 167 Cities Worldwide. **Front. Sustain. Cities**, 2021. Disponível em: < <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/frsc.2021.696381/full>> Acesso em: 12 abr. 2023.